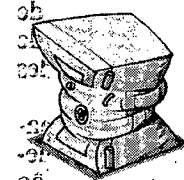


## SUAS CONTAS - AJUSTE FISCAL

# Como a CPMF vai atingir as suas finanças

**Peso da contribuição aumenta sobre o dinheiro que passar pela conta corrente**



O peso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vai aumentar no seu bolso em 90%, a partir de 1999: a alíquota, que atualmente é de 0,20%, passará a ser de 0,38%. Há dúvidas sobre a data de vigência dessa nova alíquota. Pela legislação atual, a de 0,20% vale até 22 de fevereiro de 1999. O governo pode querer antecipar o aumento da alíquota. A cobrança desse imposto acontece toda vez que o dinheiro sai da conta corrente, seja por meio de saques, diretamente no caixa ou em caixa eletrônico, desconto ou compensação de cheques, transferência de qualquer natureza (para aplicações, cobertura de débitos, etc.). A CPMF é descontada também de quem recebe ordem de pagamento.

Para o contribuinte, o desconto em cada operação não chega a ter um forte impacto: para um saque de R\$ 100, o desconto será de R\$ 0,38; de R\$ 500, de R\$ 1,90; de R\$ 1 mil, de R\$ 3,80, de R\$ 5 mil, de R\$ 19,00, e assim por diante. Mas, se forem consideradas as várias saídas e durante prazos mais longos, a cobrança da contribuição torna-se expressiva. Um assalariado que receba R\$ 2 mil por mês vai ter uma contribuição mensal de R\$ 7,60, ou de R\$ 91,20 no ano, somente sobre o salário.

## A ESFOLADA DA CONTRIBUIÇÃO

A CPMF é cobrada sempre que o dinheiro sai da conta corrente por meio de:

- saques diretamente no caixa ou em caixa eletrônico
- cheque descontado diretamente no caixa ou depositado em conta corrente e compensado
- transferência para aplicações
- saque para débito automático de contas de água luz e telefone ou qualquer outro compromisso
- saque para emissão de ordem de pagamento; há desconto da CPMF também de quem recebe a ordem de pagamento
- saque para aplicação inicial e reaplicação em CDB (toda vez que o dinheiro sai da conta corrente para ser reinvestido no título)
- saque para aplicação em DRA
- saque da caderneta mensal, exceto se o banco arcar com o tributo em lugar do poupador, o que é comum para retirada de depósitos após 90 dias
- transferência da conta corrente para cobertura de encargos do cheque especial
- saque de qualquer aplicação, porque o dinheiro tem de passar necessariamente pela conta corrente

### Como driblar

- Procure acertar seus compromissos diretamente com recursos recebidos de terceiros, por meio de dinheiro vivo ou cheque. Medida é arriscada quando envolve grandes valores
- Pessoas físicas que trocam recursos frequentemente entre suas contas individuais (caso de marido e mulher, pais e filhos) devem ter contas conjuntas para fazer transferências isentas
- Use o cheque isento ou o DOC D para transferência de recursos entre conta corrente de mesmo titular (ou titulares), mas de bancos diferentes
- Deposite cheques de terceiros em caderneta de poupança
- Evite os CDBs prefixados de 30 dias, se a intenção for manter o dinheiro aplicado por prazo maior, para evitar a incidência do imposto nas reaplicações
- Abra caderneta de poupança em banco que dá isenção da CPMF em prazo mais curto

## CARTÃO

### ESPECIAL

**Juros permanecerão altos, por isso, evite atrasar ou parcelar a dívida**

ANDRÉA BOTELHO

Embora o governo acene com a queda dos juros de 42% ao ano para 30% até o fim de dezembro e para 20% a 25% em meados de 1999, as taxas cobradas pelos bancos, financeiras e administradoras ainda continuarão em um nível elevado. Por isso, o consumidor deve continuar evitando recorrer ao rotativo do cartão de crédito e ao uso do cheque especial, fazer compras financiadas e solicitar um empréstimo pessoal.

Titulares de cartões de crédito também são afetados pelo aumento da CPMF para 0,38% em 1999. A contribuição incide sobre o valor de cada fatura que é debitada em conta corrente ou paga com cheque da emissão do titular. Só escapará da CPMF quem tem algum recebimento em dinheiro e for utilizá-lo diretamente na quitação da fatura do cartão. Nesse caso, quem tem pagamento por meio de débito em conta corrente precisa suspender o desconto.

Hoje, as administradoras de cartão e os bancos estão trabalhando com taxas de juros por atraso que variam de 8,70% a 12,95% ao mês mais multa de 2%. No rotativo, a mínima é de 8,70% e a máxima, de 12,95% ao mês. O consumidor só deve gastar o que puder pagar no vencimento da fatura.

Os juros elevados e a nova alíquota da CPMF, de 0,38%, que deverá entrar em vigor em 1999, vão encarecer ainda mais a dívida do correntista que estiver operando no vermelho. Lembre-se: além de incidir sobre o valor de cada cheque descontado, a contribuição também incidirá sobre o valor do débito feito pelo banco para a cobertura do saldo devedor, sobre o débito dos juros e do IOF.

Como, nesse caso, é impossível escapar da CPMF, os técnicos do setor dizem que é preciso evitar entrar no especial ou, então, dar preferência a bancos que tenham taxas de juros mais baixas. O juro do especial chega a 13,40% ao mês.

### PRÉ-DATADO

Os consumidores que pagam suas dívidas com cheque pré-datado ficam sujeitos à CPMF no desconto do cheque e vale a alíquota da data da sua apresentação. Quem não tem conta especial precisa adotar maior controle do seu saldo e sempre deixar uma reserva suficiente para débito da CPMF no dia previsto.

Vale lembrar também que os bancos têm ordem de reservar na conta o saldo para quitar a contribuição e poderão devolver o cheque que ultrapassar essa reserva. Analise antes a compra com pré-datado para checar se não há juro incluído no preço parcelado.

## EMPRÉSTIMO

Nas operações de crédito pessoal e de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) arca com a CPMF quem recebe ou paga o empréstimo por meio de conta corrente. As financeiras, geralmente, repassam o dinheiro por meio de cheque, que poderá ser sacado. Mas, se o correntista depositar o cheque ou dinheiro em conta corrente, pagará CPMF quando for efetuar o saque.

Segundo Magui Lesevre Malta, gerente de Marketing do Banco Panamericano, o ajuste fiscal não deve representar uma queda no número de solicitações de empréstimos. Com o ajuste, as pessoas tendem a ter menos dinheiro e a recorrer a

empréstimos. Hoje, a taxa de juros no Panamericano para o crédito pessoal está entre 9,60% e 10,90% ao mês; e para o CDC, de 3,95% a 7,50%. Nos bancos, o juro do empréstimo pessoal é menor e está entre 4,18% e 8,30% ao mês. Assim, se não der para evitar, o consumidor deve dar preferência ao crédito do banco onde tem conta.

O consultor Carlos Ayres alerta o consumidor que pretende contratar um empréstimo que, provavelmente, a partir de janeiro, as empresas estarão repassando indiretamente ao cliente, por meio da elevação das taxas de juros, o aumento das despesas com impostos.

## FINANCIAMENTO DE CARRO

O consumidor terá de desembolsar uma quantia maior para pagar a parcela do financiamento do carro em 1999. Se o valor da prestação for de R\$ 500,00, o custo da CPMF será de R\$ 1,90, com a alíquota de 0,38%. Com o percentual de 0,20%, a despesa é de R\$ 1,00.

Como o estoque está alto nas concessionárias e as vendas fracas, o consumidor encontra várias promoções. Ele deve procurar fechar negócio em empresas que ofereçam vantagens financeiras. Várias delas estão oferecendo taxas de juros promocionais, IPVA, licenciamento e seguro gratuitos e, algumas delas, até pagam as três primeiras parcelas do financiamento.

O gerente da revenda Aeropor, da Ford, Nelson Fiore, conside-

ra que o mercado vai continuar realizando promoções com as mesmas facilidades oferecidas atualmente. Até porque, se as vantagens financeiras forem eliminadas ou reduzidas, é provável que o ritmo das vendas volte a cair.

As concessionárias de veículos, por enquanto, também não estão acenando com aumento do preço do veículo por causa da perda financeira provocada pelo pagamento da CPMF. Segundo o diretor de Vendas da Sopave, revenda da Volks, Naul Ozi, não existe espaço para elevação do preço à vista nem das parcelas do financiamento: "Isso porque, por conta dos juros mais altos, o volume de vendas caiu até 30%, o que elevou em muito o estoque das empresas. (Wellington Moraes)"

## DÍVIDAS

O momento exige prudência do consumidor, que deve adiar a compra de bens, mesmo que tenha dinheiro para pagar à vista. A análise é de Marcos Silvestre, economista-chefe da Forex Services, empresa de assessoria financeira. "Deixe essa reserva em alguma aplicação, para o caso de algum imprevisto."

Para quem já está endividado, o ideal é livrar-se das dívidas o mais rápido possível, dando prioridade às do cartão de crédito e do cheque especial, as quais, com juros de cerca de 12% ao mês, quase dobram no período de seis meses.

Para quem comprou bens, como carro, com parcelas prefixadas, pode valer a pena retirar o dinheiro de aplicações e quitar o débito, se o expurgo do juro embutido na parcela mais um desconto for maior do que o rendimento da aplicação.

## ATRASOS

O aumento do desemprego deverá elevar a inadimplência. "O quadro é de dificuldades", diz o economista Marcel Solimeo, da Associação Comercial de São Paulo. O comércio precisa equilibrar a necessidade de venda com a de recebimento e o consumidor, a de comprar com a capacidade de pagamento.

## PENHOR

O aumento da CPMF para 0,38% também pode afetar o bolso de quem recorre ao penhor. Se o consumidor depositar o dinheiro para depois utilizá-lo haverá o recolhimento. Pagará o tributo também se honrar a dívida com dinheiro de sua conta corrente. Já os juros, de 4,10% a 4,50% ao mês, não deverão cair no curto prazo.

# CADERNETA DE POUPANÇA

**Bancos devem aumentar período para dar isenção no saque de depósitos, que hoje é de 90 dias**

SILVANA ROCHA

A caderneta de poupança ganha competitividade em relação a outras aplicações financeiras com o aumento da CPMF em 1999. Isso porque o poupador tem mecanismos para escapar do recolhimento da contribuição. Os depósitos em caderneta de poupança vão continuar livres da CPMF se forem feitos em dinheiro ou cheque recebido de terceiros e o saque ficará isento se a aplicação for mantida em conta durante o prazo mínimo definido pelo banco. Hoje, a maioria dos bancos banca o pagamento da CPMF para o poupador que deixa seus recursos aplicados na caderneta durante 90 dias.

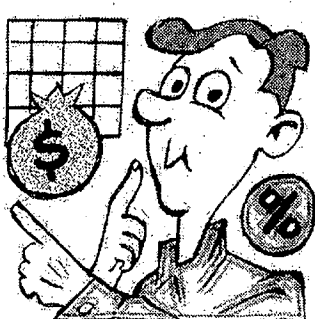
Com a elevação da CPMF para 0,38%, porém, os bancos cogitam a possibilidade de aumentar o período de carência exigido para o resgate sem a incidência da contribuição. Especialistas avaliam que esse prazo poderá ser ampliado para quatro até seis meses. Nesse caso, os bancos continuariam bancando o pagamento da CPMF para o poupador, apesar do aumento de custos.

As instituições bancárias podem vir a definir, por conta própria, eventual ampliação de prazo de carência para a isenção da CPMF na caderneta porque o Banco Central deixa a critério das instituições a concessão ou não de incentivos aos poupadores, afirmam os especialistas.

## BOLSAS DE VALORES

As bolsas não devem retornar a trajetória consistente de alta de uma hora para outra. O diretor de Investimentos do BFB, Alexandre Zakia Albert, diz que a recuperação depende de um fluxo mais constante de dinheiro, notadamente por parte do investidor estrangeiro.

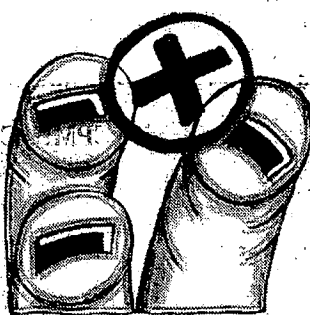
Para ele, há no momento alguns pontos favoráveis às bolsas, como os preços deprimidos, a perspectiva de queda dos juros e a melhora dos fundamentos macroeconômicos trazidas pelas medidas. Mas



ele lembra que o País vai passar por um momento recessivo. Algumas companhias serão pouco prejudicadas, caso das empresas de telecomunicações e energia elétrica. O investidor deve buscar fundos que tenham o predomínio desses papéis em carteira. Ele ressalta a importância do bom desempenho dos mercados internacionais.

O aumento da CPMF pode diminuir o número de negócios nos pregões nacionais, por encarecer o custo de transação, levando o investidor a fazer operações na Bolsa de Nova York com papéis de empresas brasileiras.

## CDBs



Com o aumento da alíquota da CPMF para 0,38% a partir de 1999, os CDBs prefixados de 30 dias perdem competitividade para aplicações por prazo superior a 30 dias. Isso porque o título paga o tributo a cada renovação. Só para dar um exemplo: na aplicação em CDB de 30 dias por 12 meses, o investidor pagará 13 vezes a contribuição - uma vez na aplicação inicial, 11 vezes nas reaplicações e mais uma vez no resgate final. Já a mesma aplicação em fundos de investimento de 60 dias ficará su-

jeita ao pagamento duas vezes: uma na aplicação e outra no resgate, já que os fundos não exigem reaplicação.

A opção de alongar o prazo do CDB para não ficar sujeito a CPMF nas reaplicações não é indicada por causa das incertezas acerca do rumo dos juros. No longo prazo, a taxa pode estar baixa.

Com isso, já como ocorre hoje, os CDBs ficam indicados apenas para o prazo de 30 dias, com uso dos recursos após esse período. Para prazos maiores, prefira os fundos.

## FUNDOS

Mesmo com a perspectiva de que os juros comecem a cair depois do anúncio do ajuste fiscal, os especialistas continuam indicando os fundos de renda fixa DI como a melhor opção de investimento. O economista-chefe do BankBoston, José Antonio Pena, ressalta o menor risco dessas aplicações, que acompanham a variação dos juros por estar atrelados à oscilação do CDI (título trocado pelos bancos).

As incertezas externas contribuem para o aumento da volatilidade. O diretor de Investimentos do BFB, Alexandre Zakia Albert, também entende que os DI são a melhor alternativa, mas acredita que, como os juros devem cair, pode ser favorável apostar em fundos prefixados. "Mas é preciso alguma tolerância ao risco", diz ele. Além disso, Zakia Albert lembra que, para ter rendimento acima do fundo DI, é preciso que os juros caiam mais do que o previsto pelos mercados futuros, uma vez que o rendimento pago pelos papéis prefixados já embute a expectativa de queda das taxas.

A alíquota mais alta da CPMF vai comer parte maior do rendimento dos fundos, mas só a partir do ano que vem. Assim, o aumento da taxa de 0,20% para 0,38% não deve ofuscar o brilho dos fundos por enquanto. Quando a alíquota mais alta entrar em vigor, a caderneta deve ganhar competitividade em relação aos fundos de 60 dias, mas ainda assim deve render menos. (Sergio Lamucci)

## DÓLAR

A cotação do dólar no mercado paralelo tende à estabilidade daqui para frente, segundo análise de profissionais do mercado, porque está afastada a possibilidade de maxidesvalorização cambial. Por isso, a compra do black como investimento não é indicada.

Segundo o consultor financeiro da Corretora Agente, João Marcos Cicarelli, a possibilidade de desvalorização do real, que fez com que muitos investidores corressem atrás da moeda norte-americana, está cada vez mais improvável de ocorrer. Com isso, a demanda por dólar está caindo e os preços também. A expectativa é que a cotação de venda estacione em torno de R\$ 1,280, com um ágio de 8% sobre o comercial.

## CURTO PRAZO

Os fundos de curto prazo perdem ainda mais a atratividade com o aumento da CPMF em 1999. Com a alíquota de 0,38% e o nível de juro de 42,30% ao ano, o investidor precisará aguardar dez dias úteis para não sacar menos do que depositou, calculam analistas do mercado. Antes, pela alíquota de 0,20%, a espera era de seis dias. O pagamento da CPMF pelo aplicador é feito quando há o saque via conta corrente. Alguns bancos podem deixar de pagar a CPMF para clientes nesses fundos.

## EXTERIOR

Em princípio, o ajuste não atrapalha o desempenho dos fundos de investimento no exterior (FieX). Ao contrário, se houver o restabelecimento da confiança internacional no Brasil, a carteira desse fundo, que tem títulos da dívida brasileira, tende a valorizar-se, já que haverá a diminuição do risco Brasil, diz o superintendente da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil, Evandro Lopes de Oliveira. A estabilização beneficia o FieX.

## FIF CAMBIAL

O mercado não acredita que a alta na CPMF inibirá aplicações nos FIFs cambiais. "Quem está preocupado em proteger-se da desvalorização não deixará de aplicar por conta da tributação", diz o diretor do Sudameris, Aury Luiz Ermel. No entanto, com o ajuste, "esvaziava-se no curto prazo a urgência da medida no câmbio". E, mesmo que haja queda dos juros, o rendimento dos cambiais não será afetado, porque houve a antecipação dessa retração. O rendimento chegou a 22% ao ano; agora está em 14%.

## PREVIDÊNCIA

A CPMF de 0,38% vai aumentar o custo operacional das administradoras dos planos de previdência privada. É que as empresas têm bancado integralmente a contribuição nas operações de aplicação e reaplicação do dinheiro dos participantes.

O associado paga a CPMF quando há o débito em sua conta corrente do valor pago ao plano de previdência. Paga também quando há o resgate do benefício, que é creditado em conta corrente do beneficiário.